RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.200 - PR (2018/0338872-3)

RELATORA	**:**	**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE	:	OI S.A
ADVOGADOS	:	BRUNO DI MARINO - RJ093384
		BERNARDO GUEDES RAMINA E OUTRO(S) - PR041442
		FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184
		GABRIELA DE BARROS SALES - RJ200091
RECORRIDO	:	DANIEL DO ROZARIO SALGUEIRO
RECORRIDO	:	JAIR FERREIRA
RECORRIDO	:	JOSE CANDIDO ROCHA
RECORRIDO	:	JOSE FRANCISCO ROGANTE
RECORRIDO	:	JOSE GALIANI
RECORRIDO	:	LINDOLFO BAZOTI FILHO
RECORRIDO	:	LUIZ ROGANTTI
RECORRIDO	:	MARIA APARECIDA VANIN
RECORRIDO	:	MARIA FRANCISCA DE JESUS
RECORRIDO	:	NIVALDO GALIANI
RECORRIDO	:	ORLANDO BIACA
ADVOGADO	:	NILTON GIULIANO TURETTA E OUTRO(S) - PR023773

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., contra acórdão assim ementado (fls. 673/674):

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO INCIDENTAL. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS DOS AUTORES.
> APELAÇÃO CÍVEL DO REQUERIDO. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CONVERSÃO DAS AÇÕES EM PECÚNIA (PERDAS E DANOS). APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. INOCORRÊNCIA.
> AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO CONSTITUTIVO E APLICAÇÃO DA PRESUNÇÃO DO ART. 359, CPC. ARTIGO 355, CPC. ÔNUS DA PARTE RÉ EM APRESENTAR DOCUMENTOS NA CONTESTAÇÃO OU RESPOSTA (ART.297 C/C ART.396 DO CPC). ILEGITIMIDADE PASSIVA.
> NÃO CONFIGURADA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO CONFIGURADA. NÃO APLICABILIDADE DO RECURSO REPETITIVO Nº 982/133/RS E SÚMULA 389 STJ.

> DESCABIMENTO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC. SENTENÇA REFORMADA NESTE TÓPICO. PLANO PAID, LEGALIDADE DA EMISSÃO DE AÇÕES PELO VALOR DE MERCADO E APLICAÇÃO DA SÚMULA 371 DO STJ. APLICÁVEL AO CASO. CRITÉRIO DA CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS. AFERIÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES DEVIDAS AO ACIONISTA PELO VPA APURADO O BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO (SÚMULA 371 DO STJ) E MULTIPLICAÇÃO DESSE NÚMERO PELO VALOR DA SUA COTAÇÃO NO MERCADO NA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. PROVIMENTO.
> JUROS DE MORA. TERMO INICIAL A PARTIR DA CITAÇÃO.
> OPERAÇÃO DE GRUPAMENTO DE AÇÕES. MATÉRIA QUE NÃO PODE IMPLICAR EM ÓBICE PARA A INDENIZAÇÃO PRETENDIDA. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO. IMPROCEDÊNCIA.
> RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 708/713).

Em suas razões, a recorrente alega, entre outros argumentos, a falta de interesse de agir da parte ora recorrida, tendo em vista a ausência de pedido administrativo para exibição de documentos, bem como de pagamento de taxa do serviço, em desrespeito ao estipulado na Súmula 389/STJ.

Passo a decidir.

O entendimento desta Corte, firmado diante do julgamento proferido no REsp n° 982.133/RS, afetado à Segunda Seção, com base no procedimento da Lei de Recursos Repetitivos, tendo como Relator o Ministro Aldir Passarinho Junior, consagrou a orientação no sentido de que "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976". Nesse sentido, o enunciado 389 da Súmula da jurisprudência deste Tribunal:

> A comprovação do pagamento do "custo do serviço" referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima.

O Tribunal de origem, ao julgar a questão, entendeu pela não aplicação do previsto na Súmula 389/STJ.

A conclusão adotada está em desarmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se tanto às ações cautelares de exibição de documentos, quanto, "aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes" (AgInt no AREsp 812.092/PR, de minha relatoria, Quarta Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016). Na mesma direção:

> AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 389 DO STJ. APLICABILIDADE.
> PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
> 1. "O entendimento da Súmula 389 do STJ aplica-se aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira. Precedentes." (AgInt no AREsp 812.092/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016).
> 2. Agravo interno não provido.
> (AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)

> AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO CUSTO DO SERVIÇO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ. INCIDÊNCIA. ÔNUS PROBATÓRIO.

> ART. 333, INCISO I, DO CPC/1973.
> 1. É firme na jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção o entendimento de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira.
> 2. A não comprovação da prévia existência de requerimento formal apresentado pelo autor da demanda visando obter os contratos de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira revela sua falta de interesse de agir, impondo a extinção do feito sem resolução meritória. A determinação de exibição incidental desses documentos nessa hipótese (de não comprovação da apresentação do imprescindível requerimento prévio) constitui verdadeira ofensa ao art. 333, inciso I, do CPC/1973. Precedentes.
> 3. Agravo interno não provido.
> (AgInt no REsp 1331352/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial, para extinguir o feito por ausência de interesse de agir da parte agravada. Invertam-se os ônus de sucumbência. Ressalvada a hipótese de concessão da justiça gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora